



PAUTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA – 27.04.2026

LEITURA DAS PROPOSIÇÕES

– PROJETOS –

PROJETO DE LEI Nº 14/2026 DO PODER EXECUTIVO – Autoriza o Poder Executivo Municipal a aprovar o parcelamento do solo, na modalidade de loteamento, denominado loteamento industrial II, e dispõe sobre a regularização de loteamento industrial existente no Município de Realeza;

PROJETO DE LEI Nº 15/2026 DO PODER EXECUTIVO – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar fomento com a APAE de Realeza e dá outras providências;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº02/2026 DO PODER EXECUTIVO – Altera a Lei Complementar nº 06, de 19 de novembro de 2024 (Código Tributário do Município de Realeza), para dispor sobre a base de cálculo do ISSQN nos serviços previstos no subitem 9.02 da Lista de Serviços, e dá outras providências.

– INDICAÇÕES –

INDICAÇÃO Nº 30 DE AUTORIA DO VEREADOR EDILBERTO ZANANDREA – Indica ao Executivo Municipal a realização de reparos no asfalto na Serra do Tônico, no trecho compreendido entre a Comunidade de Alto Sarandi e a Comunidade de Santa Terezinha.

INDICAÇÃO Nº 31 DE AUTORIA DO VEREADOR EDILBERTO ZANANDREA – Indica ao Executivo Municipal a realização de operação de tapa-buracos no asfalto no trecho entre a Linha Santa Terezinha e a Comunidade de Maravilha, tendo em vista que a via se encontra em más condições, oferecendo riscos aos usuários que por ali trafegam.



INDICAÇÃO Nº 33 DE AUTORIA DO VEREADOR RENATO FIGUEIRA – Que seja realizada a manutenção da Rua Belém, nas proximidades do Bar do Gaúcho, bem como em suas vias laterais;

INDICAÇÃO Nº 34 DE AUTORIA DO VEREADOR RENATO FIGUEIRA – Que seja realizada avaliação e pintura de faixas destinadas à carga e descarga em frente à empresa DiskSom, localizada na Rua Belém.

– MOÇÃO DE REPÚDIO –

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 01/2026, de autoria do Vereador Policial Beato – Ao Senado Federal, manifestando a contrariedade desta Casa Legislativa à indicação do Sr. Jorge Messias ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em razão de seu reiterado posicionamento favorável à prática da assistolia fetal em gestações avançadas, o que configura grave violação ao direito à vida, aos princípios basilares da bioética e aos tratados internacionais de direitos humanos.

– USO DA PALAVRA NO EXPEDIENTE –

O Vereador Renato Figueira que irá falar sobre Iluminação Pública e Obras

– TRIBUNA LIVRE –

O Sr. Alexandre Cardoso que falará sobre a Moção de Repúdio.



– ORDEM DO DIA –

EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 01/2026, de autoria do Vereador Policial Beato – Ao Senado Federal, manifestando a contrariedade desta Casa Legislativa à indicação do Sr. Jorge Messias ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em razão de seu reiterado posicionamento favorável à prática da assistolia fetal em gestações avançadas, o que configura grave violação ao direito à vida, aos princípios basilares da bioética e aos tratados internacionais de direitos humanos;

EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - REQUERIMENTO Nº 01/2026, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO BEATO JUNIOR – Requer informações ao Poder Executivo sobre a arrecadação, despesas, origem dos recursos, aplicação, investimentos, saldo financeiro, previsão orçamentária e prestação de contas do REALTRAN desde sua implantação;

EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02 DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO – Regulamenta o serviço de informação ao cidadão (SIC) e o atendimento da lei de acesso à informação (LAI) no âmbito da câmara municipal de vereadores de Realeza - PR, e dá outras providências;

EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03 DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO – Dispõe sobre a regulamentação da transmissão das sessões legislativas realizadas pela câmara municipal de vereadores de Realeza - PR, e dá outras providências;

EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04 DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO – Regulamenta o funcionamento do canal de comunicação da ouvidoria no âmbito da câmara municipal de vereadores de Realeza-PR e dá outras providências;

1º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 13/2026 DO PODER EXECUTIVO – Dispõe sobre a descentralização administrativa, delega competência para ordenação de despesas aos Secretários Municipais e estabelece normas de responsabilidade solidária no âmbito do Poder Executivo Municipal.